

## O EMPREENDEDORISMO E A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE: UMA ANÁLISE DO NOVO ENSINO MÉDIO NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA<sup>1</sup>

Ana Cláudia Ferreira dos Santos<sup>2</sup>  
Aline Daniel dos Santos<sup>3</sup>  
Franciele Soares dos Santos<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo está vinculado às pesquisas que estão em desenvolvimento e aborda análises sobre a educação para o empreendedorismo no Novo Ensino Médio em dois estados: Paraná e Santa Catarina. O objetivo é refletir sobre a educação para o empreendedorismo presente em suas propostas curriculares. A metodologia adotada foi o estudo documental e o bibliográfico, com base em pesquisadores que contribuem para o debate. Como resultado, destaca-se, que paralelo às políticas neoliberais para o Ensino Médio brasileiro, o empreendedorismo é uma estratégia de dominação da juventude da classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Ensino Médio; Formação; Juventude.

### ESPÍRITU EMPRESARIAL Y EDUCACIÓN DE LOS JÓVENES: UN ANÁLISIS DE LA NUEVA ESCUELA SECUNDARIA EN LOS ESTADOS DE PARANÁ Y SANTA CATARINA

#### Resumen

Este artículo está vinculado a una investigación en curso y analiza la educación empresarial en la Nueva Escuela Secundaria en dos estados: Paraná y Santa Catarina. El objetivo es reflexionar sobre la educación emprendedora presente en sus propuestas curriculares. La metodología adoptada fue un estudio documental y bibliográfico, basado en investigadores que contribuyen al debate. Los resultados muestran que, paralelamente a las políticas neoliberales para la enseñanza media brasileña, el emprendimiento es una estrategia para dominar a la juventud de clase trabajadora.

**Palabra clave:** Espíritu empresarial; Educación secundaria; Formación; Juventud.

### ENTREPRENEURSHIP AND YOUTH EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE NEW HIGH SCHOOL IN THE STATES OF PARANÁ AND SANTA CATARINA

#### Abstract

This article is associated with ongoing research into entrepreneurship education in the New High School in two states: Paraná and Santa Catarina. The aim is to reflect on the entrepreneurship education present in their curricular proposals. The methodology adopted was a documentary and bibliographic study, based on researchers who contribute to the debate. The results show that, in parallel with neoliberal policies for Brazilian secondary education, entrepreneurship is a strategy for dominating working class youth.

**Keyword:** Entrepreneurship; Secondary education; Training; Youth.

<sup>1</sup>Artigo recebido em 17/06/2024. Primeira Avaliação em 02/10/2024. Segunda Avaliação em 13/10/2024. Aprovado em 27/11/2024. Publicado em 05/12/2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i49.63338>.

<sup>2</sup>Historiadora. Mestranda em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Paraná - Brasil. E-mail: [anaclaudiaferreira@gmail.com](mailto:anaclaudiaferreira@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1266090695607005>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8516-119X>.

<sup>3</sup>Pedagoga. Professora da rede estadual de Santa Catarina. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [alinesantos@sed.sc.gov.br](mailto:alinesantos@sed.sc.gov.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6356927402005458>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3807-9737>.

<sup>4</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Rio Grande do Sul - Brasil. Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [sfrancielesoares@gmail.com](mailto:sfrancielesoares@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8310447915314417D>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5115-0127>.

## Introdução

Sabemos que a educação para o empreendedorismo não é novidade do campo educacional, mas, nos últimos anos, experienciamos a sua disseminação, especialmente no contexto do Ensino Médio brasileiro. Tem destaque, nesse processo, a aprovação da contrarreforma do Ensino Médio, em um contexto de intensificação ofensiva do capital sob a educação escolar, por meio de diferentes estratégias que estão em consonância com a racionalidade neoliberal vinculada a um novo modo de produção de si (Dardot; Laval, 2016).

De fato, a aprovação da Lei nº 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM), compõe agendas construídas em conjunto com o empresariado, as quais, por sua vez, representam as coalizões da pedagogia do capital com o setor empresarial, em que visivelmente compreende-se a educação como um insumo econômico. Para uma melhor compreensão desse cenário, torna-se importante considerar que a proposta formativa do NEM e que as determinações engendradas pelo atual estágio do capitalismo são sustentadas pelo aparato ideológico do neoliberalismo.

Neste texto, analisamos a inserção do empreendedorismo nas propostas curriculares de dois estados da região Sul: Paraná e Santa Catarina. Para tanto, primeiramente, discutimos sobre as transformações no mundo do trabalho, bem como as estratégias econômicas e ideológicas do capital sob a influência do neoliberalismo. Na sequência, expomos a origem do conceito de empreendedorismo e abordamos aspectos da relação do empreendedorismo na educação brasileira. Após isso, damos destaque ao empreendedorismo nas propostas curriculares do NEM no Paraná e de Santa Catarina, com o intuito de ressaltar as suas implicações para a formação da juventude trabalhadora.

Concluimos que, sob a ótica neoliberal, a educação para o empreendedorismo contribui para a intensificação da competição entre os indivíduos, por meio da lógica meritocrática, afastando a colaboração e a solidariedade necessárias para enfrentar desafios coletivos. Dessa forma, os currículos do NEM dos estados do Paraná e de Santa Catarina privilegiam o empreendedorismo em detrimento das disciplinas da formação geral básica. Logo, a prática empreendedora requer da juventude o trabalho incessante, sem momentos

de lazer, com um discurso ilusório que defende que o sucesso será alcançado por meio do intenso esforço e da dedicação individual.

### **Capitalismo contemporâneo: acumulação flexível e neoliberalismo**

No início da década de 1970, o modelo taylorista-fordista alcançou seu limite estrutural. Foi nesse contexto que o capital passou de sua crise estrutural para a sua reestruturação produtiva. O modelo toyotista trouxe como consequência uma larga escala de desemprego; iniciou-se nesse período o desemprego estrutural, com demissões em massa.

Reis (2019) destaca que, até 1973, os trabalhadores obtinham condições estáveis de trabalho nas fábricas, pois elas também conviviam no mesmo contexto. Contudo, a partir desse ano, ocorreu a transição no processo de acumulação do capital, que se expressou no confronto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilização do trabalho, do mercado, do produto e do consumo. Nesse paradigma de incertezas, decorrentes dessa crise, apresentou-se um novo regime de acumulação, conhecido como acumulação flexível, que

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1993, p. 140).

O processo de acumulação flexível intensifica o desemprego e precariza tanto o trabalho quanto o trabalhador, com salários escassos e exigências de novas habilidades; esse foi também um momento de um intenso retrocesso sindical. Em síntese, flexibilizando as formas de trabalho, impôs-se um outro regime, agora com contratos flexíveis (Reis, 2019).

Netto e Braz (2012) observam que o capital passa a operar em um processo de desterritorialização da produção, que acentua ainda mais o caráter desigual. Com a incorporação das tecnologias às forças produtivas, houve uma redução constante dos trabalhadores, impacto exposto pelos autores em três sentidos.

O primeiro observa o trabalhador coletivo, visto pela expansão das fronteiras. seguinte refere-se às implicações das novas exigências impostas aos trabalhadores, como, por exemplo, a necessidade de mão de obra qualificada e polivalente, porém, com uma conseqüente insegurança no trabalho.

O terceiro compreende a gestão da força de trabalho, em que o sistema do toyotismo ganhou relevo. Nesse momento, observou-se também o avanço das ideias neoliberais por meio do combate ao sindicalismo, fortalecendo, na realidade, o sindicalismo de empresa (Netto e Braz, 2012).

No plano administrativo, o modelo toyotista é considerado a proposta de reestruturação do capital; nos planos econômico e plano ideológico, temos o neoliberalismo<sup>5</sup>, que visa a intervenção mínima do Estado e predominância dos setores privados. Por outro lado, é uma proposta hegemônica de uma reforma ideológica da sociedade, impulsionada pela classe dominante. Os governos neoliberais reformam em diferentes aspectos a realidade, a política, a economia e demais elementos, com o discurso de ser a única saída para a crise.

Assim, os fundamentos teóricos do liberalismo são aproveitados para a construção de uma nova política. O neoliberalismo “[...] “reinventado” reside no fato de se poder pensar a ordem de mercado como uma ordem construída, portanto, ter condições de estabelecer um verdadeiro programa político [...] visando a seu estabelecimento e sua conservação permanente” (Dardot; Laval, 2016, p. 82). Sobre a “agenda”, ou seu programa político, os autores ressaltam:

A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89-90).

---

<sup>5</sup> As raízes do neoliberalismo estão localizadas no liberalismo, surgido ainda no século XVII, sendo um conjunto de pensamentos ou teorias políticas e econômicas que defendia como princípio a liberdade individual. O liberalismo lutava contra um regime político monárquico, embora esse sistema liberal também buscasse a ascensão de uma classe ao poder, a burguesia. Assim, a ideia era formar o estado burguês, naturalizando práticas e instituições, sustentando a ideia de liberdade, mas realmente se tratava de liberdade para a burguesia, que dominava os meios de produção, o aparato do Estado e os corpos subalternos. Segundo Bianchetti (2001), o termo liberalismo pode ser expresso em três sentidos: como uma visão de mundo ou de conhecimento focado no indivíduo; como princípio político que se importa com a origem do poder; e como pensamento econômico baseado nas leis do mercado que alicerçam as produções capitalistas.

Nessa perspectiva, as políticas neoliberais devem “[...] *mudar o próprio homem*. Numa economia em constante movimento, a adaptação é uma tarefa sempre atual para que se possa criar uma harmonia entre a maneira como ele vive e pensa e as condicionantes econômicas às quais deve se submeter” (Dardot; Laval, 2016, p. 91, grifos do autor). Nesse complexo contexto, com a fragmentação da classe trabalhadora, vivencia-se um momento de crises individuais, conforme esclarecem Dardot e Laval (2016), em que se transferem todas as causas em responsabilidades ou fracassos individuais. Dessa maneira, “[...] o indivíduo deve ser responsável por si mesmo, responder por seus atos diante dos outros e ser inteiramente calculável” (Dardot; Laval, 2016, p. 350-351). Desse modo, ser “empreendedor de si mesmo” significa conseguir ser o instrumento de seu próprio sucesso social e profissional. Almeja-se, então, um sujeito que se expõe à concorrência e que intensifica o seu desempenho, pois “o empreendedor de si é um ser feito para “ganhar”, ser “bem-sucedido”” (Dardot; Laval, 2016, p. 353). A concorrência generalizada faz com que o sujeito esteja inserido em uma “luta pela vida”, na qual somente os mais fortes e aptos sobrevivem, e todos querem ser os campeões. Ainda conforme ponderam os autores,

[...] é pela combinação da concepção psicológica do ser humano, da nova norma econômica da concorrência, da representação do indivíduo como “capital humano”, da coesão da organização pela “comunicação”, do vínculo social como “rede”, que se construiu pouco a pouco essa figura de “empresa de si” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 358).

A chave para um bom desempenho é a motivação, como salientam Dardot e Laval (2016), e o sucesso, nessa lógica, é considerado o valor supremo, “a gestão neoliberal da empresa, interiorizando a coerção de mercado, introduz a incerteza e a brutalidade da competição e faz os sujeitos assumi-las como um fracasso pessoal, uma vergonha, uma desvalorização” (p. 363). Por sua vez, o trabalho não oferece mais estabilidade aos trabalhadores, os quais, muitas vezes, construíam carreiras sólidas, como já mencionado, porém, a instabilidade faz parte do mundo profissional do século XXI, e o trabalhador não conta mais com a experiência que adquiriu realizando determinada função.

Nesse cenário, o empreendedorismo surge como a iniciativa de gerar negócios novos (empresas, microempresas) ou alterar a organização dos já existentes. Relaciona-se com a criação de novos produtos e modelos empresariais, com novas tecnologias e com a capacidade de assumir risco no mercado. Reis (2019) argumenta que a questão de geração de renda varia conforme a capacidade individual de empreender, contudo, os sistemas educacionais são necessários para a inserção dessa proposta, sendo “[...] incentivados a criar um novo perfil de trabalhador, o trabalhador/empreendedor” (Reis, 2019, p. 61).

### **A emergência do empreendedorismo e sua inserção na educação brasileira**

Na atualidade, o desemprego estrutural, a fragmentação e a precarização do trabalho fazem surgir um novo tipo de trabalhador ou o novo proletariado de serviços. Antunes explica que esse novo proletário “[...] aparece nesse personagem como descrente em relação ao futuro, resignado e ao mesmo tempo descontente quanto ao presente” (2020, p. 25). Observamos, nessa nova forma de trabalho, a instabilidade e a insegurança como constantes, pois o trabalho não é determinado pela quantidade de horas trabalhadas, e não há muitas vezes sequer contrato, conseqüentemente, não há direitos assegurados. Podemos, portanto, denominá-lo de trabalho intermitente, situação na qual as grandes empresas se aproveitam (exploram) dos trabalhadores, em um contexto que “[...] expande-se a “uberização”, amplia-se a “pejotização”, florescendo uma nova modalidade de trabalho: o escravo digital. Tudo isso para disfarçar o assalariamento” (Antunes, 2020, p. 25).

Antunes (2020) explica que, a Indústria 4.0<sup>6</sup> insere tecnologias no processo produtivo tornando-o mais automatizado, robotizado e controlado digitalmente. Para o pesquisador, isso produz um vilipêndio com relação ao trabalho, provocando a “escravidão digital”, pois o trabalhador não tem mais uma quantidade de horas a cumprir, mas fica sempre disponível ao trabalho em tempo integral, negligenciando a sua vida fora do trabalho. Ainda na obra supracitada, o autor complementa:

---

<sup>6</sup> Conforme pontua Antunes (2020), a Indústria 4.0 nasceu na Alemanha, em 2011, com objetivo de promover um salto tecnológico para o mundo produtivo, estruturando-se na utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). O autor destaca que “a principal consequência da Indústria 4.0 para o mundo do trabalho será a ampliação do trabalho morto, [...] com a conseqüente redução do trabalho vivo, viabilizada pela substituição de atividades tradicionais e mais manuais por ferramentas automatizadas e robotizadas, sob o comando informacional-digital” (ANTUNES, 2020, p. 14).

Quando entram em cena os enxugamentos, as reestruturações, as “inovações tecnológicas da *Indústria 4.0*”, enfim, as reorganizações comandadas pelos que fazem a “gestão de pessoas” e pelos que formulam as tecnologias do capital, o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, *menos pessoas trabalhando com os direitos preservados*. Para tentar “amenizar” flagelo, propaga-se em todo o canto um novo subterfúgio: o “empreendedorismo”, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho nunca se sabe qual será (ANTUNES, 2020, p. 41, grifos do autor).

Diante desse cenário, o empreendedorismo surge como uma palavra mistificadora. Conforme salienta Antunes (2020), ela expressa que basta ao indivíduo querer que ele consegue. Utilizando-se da imagem ilusória da prosperidade, instigam-se os indivíduos, principalmente os jovens, a serem empreendedores, retirando-se da condição de assalariados. Esse fenômeno tem como ferramenta para expansão do seu discurso ideológico a mídia, atraindo os indivíduos para fazerem parte desse novo proletariado, que, como apregoa esse discurso, não é submisso, mas sim patrão e empresário de si mesmo.

Para o autor, “a transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, por meio dos computadores, acentua a transformação de *trabalho vivo em trabalho morto*” (2009, p. 216, grifos do autor).

Potencializa-se, desse modo, o maquinário e alavancam-se o desemprego; homens e mulheres que dependem do trabalho para sobreviver, nesse contexto,

[...] encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente dos trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo), recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (ANTUNES, 2020, p. 27).

O autor afirma que essas novas formas de trabalho ocultam o assalariamento por meio do trabalho autônomo, exemplificando essa nova categoria com a empresa Uber:

[...] trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora (ANTUNES, 2020, p. 37).

Com esse exemplo, podemos analisar o quanto o capital explora da classe que trabalha; a lucratividade é, acima de tudo, o que importa, e o sujeito é esquecido, coisificado, visto como um mero objeto a ser manipulado, submetido à nova organização do trabalho. Assim, “[...] com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir “metas”, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos” (Antunes, 2020, p. 37).

Antunes (2020) afirma ainda que o capital introduz o sistema de metas, além da concorrência generalizada já mencionada. O sistema de metas ocasiona no trabalhador a escravidão digital; não há mais um horário para trabalhar. O capital lhe informa o que deseja como meta mínima a ser atingida, devendo o trabalhador laborar mais e mais para que não fique apenas no mínimo, mas para que se sobressaia diante de seus colegas, que, são na verdade, seus concorrentes.

Antunes também pondera que o precariado é uma classe que se difere das outras: essa “[...] *nova classe* mais desorganizada, oscilante, ideologicamente difusa e, por isso, mais vulnerável, mais facilmente atraída por “políticas populistas”, suscetíveis de acolher inclusive apelos “neofascistas” (2020, p. 60, grifos do autor). Trabalhos informais, com atividades parciais e até mesmo intermitentes, acentuam a heterogeneidade da classe trabalhadora.

É possível dizer que há um desmonte na esfera trabalhista. Como resultado, os índices de desemprego estrutural e as formas precarizadas do trabalho têm se elevado, assim como a instabilidade é constante e atormenta todos os trabalhadores. Para Antunes, o trabalhador torna-se “[...] um déspota de si próprio.



Ele é instigado a se autorrecriminar e se punir, se a sua produção não atingir a chamada “qualidade total” (essa falácia mistificadora do capital)” (2009, p. 203).

Nesse cenário, o empreendedorismo exerce importante função para a reprodução do capitalismo. Ferraz e Ferraz (2022), ao citarem Sandoval (2020), afirmam que “[...] o empreendedorismo canaliza a atividade humana, dada a sua lógica capitalista, reduzindo-a ao individualismo, à competição e à racionalidade instrumental, não sendo possível, portanto, mobilizá-lo sob uma perspectiva progressista” (p. 106). Analisamos que a problemática do empreendedorismo não está somente entrelaçada ao viés de uma ideologia empreendedora, mas também às relações sociais, as quais são determinantes para esse sujeito (Ferraz; Ferraz, 2022).

Nessa perspectiva, para Reis, “o empreendedorismo se constitui num fenômeno que leva ao avanço da irracionalidade da vida político-social e de desorganização de formas progressas de vida, fundado na hegemonia dos novos arranjos produtivos flexíveis” (2019, p. 123). De acordo com autor, a ideologia do empreendedorismo exige uma nova organização do Estado, conforme já mencionado, que passa a se chamar Estado neoliberal, que se caracteriza pelas políticas que promovem o capital, estando presente em diferentes contextos, como nas determinações comportamentais para a produtividade e nas políticas de controle sob a população desempregada.

Desde a década de 1990, no Brasil, estudos têm demonstrado o despertar do interesse do empresariado ao horizonte pedagógico. Para alguns autores, os empresários haviam percebido o “valor da educação”. Assim, com as inovações tecnológicas implementadas pelas empresas, haveria necessidade de intelectualização do trabalho e a elevação da qualidade educacional dos trabalhadores. Todavia, analisa-se também que o objetivo do empresariado estava mascarado, haja vista que a pretensão dos empresários, ao se inserirem no âmbito educacional, era uma só: formar os trabalhadores para cumprir com as necessidades do capital (Rodrigues, 2002).

Nessa lógica, o empreendedorismo adentra ao âmbito educacional, como política neoliberal, e como um projeto pedagógico dominante, veicula a educação ao mercado de trabalho, com vistas à pedagogia do capital, das competências e da empregabilidade. O capital vê na educação a forma de concretizar seu maior

objetivo, formar um cidadão mínimo, acessível à manipulação e à exploração (Frigotto, 2002). É imprescindível, nesse momento, destacar o pensamento de Rodrigues, quando afirma que

A educação foi chamada para resolver as demandas da industrialização fordista; a educação está sendo agora conclamada a atender às novas demandas do padrão de acumulação flexível. Em suma: até então, a educação vem sendo usada como álibi para os rejeitos de toda a ordem do modo de produção capitalista (RODRIGUES, 2002, p. 115).

Oliveira (2023) assevera que o capital busca caminhos que aprofundam e naturalizam a exploração do trabalhador, conformando, assim, a subjetividade do trabalho em sua nova forma de organização. Sob essa ótica, o discurso ideológico empreendedor defendido nas políticas neoliberais, e que chega à Educação Básica, mascara e oculta a precarização e a informalidade. Com uma lógica destrutiva, tem como escopo formar os jovens trabalhadores para a desqualificação e para o desemprego. O autor afirma que

[...] o empreendedorismo, cuja implementação atual está subordinada e interligada ao desemprego, à informalidade e a precarização, cria condições para o aprofundamento da alienação e da fetichização, uma vez que em um contexto em que cada trabalhador é autônomo e trabalha para si, as causas da intensificação, da desigualdade e da exploração tornam-se cada vez mais ocultas (OLIVEIRA, 2023, p. 3).

Oliveira (2023) também expõe que a estratégia do empreendedorismo “[...] vende a crise do capital como uma oportunidade de negócio em que o desemprego, a precarização e a informalidade funcionam como realidades que justificam e fundamentam a prática empreendedora como uma realidade necessária” (p. 17). O empreendedorismo torna-se, desse modo, um discurso contundente do capital para a classe trabalhadora. O autor ressalta que os empreendedores da classe que trabalha geralmente não fazem isso como forma de oportunidade, mas sim como a única forma de sobrevivência.

Coan (2011) atribui a gênese do empreendedorismo aos estudos clássicos da economia e a autores que discutem a sua vertente no campo da Administração, da Psicologia e da Sociologia. A popularização do termo foi impulsionada por teóricos

econômicos como Richard Cantillon, no século XVIII, e, posteriormente, por economistas como Joseph Schumpeter, no século XX (Coan, 2011).

As origens do empreendedorismo remontam, como já observamos, ao contexto econômico no início do século XVI, e seu significado foi sendo transformado com o tempo. Estudos no século XX indicaram que o empreendedorismo estava relacionado a características que podiam ser ensinadas. Essa ideia se espalhou, sendo absorvida e, conseqüentemente, incorporada ao currículo de universidades.

No contexto brasileiro, o empreendedorismo encontrou suas raízes no início da década de 1980, sendo inicialmente difundido pelas universidades e, mais tarde, em outros níveis de ensino (Coan, 2011). Associado ao contexto neoliberal, o empreendedorismo emerge como um movimento ou corrente, destacando o empreendedor como um agente de crescimento econômico e de mudança social. Na visão neoliberal,

[...] o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir 'ordem e progresso' capitalistas; é um ardil engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário; é, enfim, uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego (TAVARES, 2018, p. 110).

Além disso, o esforço individual e a resiliência servem como uma base para esse discurso, que além de culpabilizar o trabalhador por sua condição, também exige dele uma espécie de resignação para com essa, de forma a minimizar os questionamentos e isentar o Estado ou a estrutura capitalista pelas mazelas sociais. Conforme mencionado, uma das características que torna o empreendedorismo uma peça-chave para a ideologia neoliberal é a sua versatilidade. Se, inicialmente, havia a necessidade de se incentivar a criação de empresas para suprir as demandas das grandes corporações, ao longo do tempo, a demanda central foi se alterando, de acordo com a realidade do mercado, e o discurso empreendedor também foi se adaptando às novas necessidades do capital.

Ao passo que se necessitava reduzir os postos de trabalho informal, ou mesmo mascarar a questão do desemprego, o empreendedorismo se apresentou

como alternativa, por meio da responsabilização mencionada, tornando o trabalhador informal um empreendedor, alguém que assume os riscos e movimenta a economia, diminuindo a carga do desemprego sob a roupagem de uma iniciativa empresarial, com a promessa de uma riqueza que somente o empreender pode proporcionar. Essa riqueza é enfatizada no discurso midiático e vendida como consequência da iniciativa de empreender, sendo ocultado desse discurso, muitas vezes, o fato de que os resultados apresentados correspondem a uma parcela ínfima da quantidade de indivíduos que são considerados empreendedores. Isso é confirmado por Carmo *et al.* (2021):

O que se percebe no Brasil é um empreendedorismo de subsistência sustentado por pequenos negócios, já que cerca de 82% dos negócios iniciais e estabelecidos não possuem nenhum empregado, ou seja, envolvem apenas um empreendedor individual. Outra característica que sustenta esta interpretação é a estimativa de renda dos empreendedores: segundo o GEM Brasil (2018), a metade desses negócios tem um faturamento de até R\$ 12 mil por ano, o que representa cerca de um salário-mínimo por mês (CARMO *et al.*, 2021, p.19).

Mesmo com os números indicando uma realidade muito menos glamurosa daquela que é vendida pelo esforço midiático, o discurso empreendedor tem ganhado cada vez mais espaço e sido difundido de diversas formas na educação. Parte importante dos esforços governamentais, em função do empreendedorismo, aconteceu com a criação da Lei Complementar nº 128/2008, que introduziu a figura do Microempreendedor Individual (MEI), servindo como um meio para formalizar as atividades já desenvolvidas por trabalhadores autônomos e informais.

A categoria de MEI é composta, em sua maioria, por indivíduos que prestam serviços pontuais e que, na maioria das vezes, são trabalhadores não absorvidos pelo mercado de trabalho formal, realizando atividades de natureza braçal e de pouca qualificação.

Há ainda um agravante na situação dos MEIs: as subcontratações. Muitas vezes, empresas contratam funcionários que atuarão em seu quadro profissional, porém, ao invés de um registro trabalhista, são contratados como prestadores autônomos, tendo seu próprio Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Essa prática reduz os encargos trabalhistas para o empregador, assim como os seus riscos em uma eventual condição de insalubridade ou periculosidade. O funcionário,

por sua vez, ao depender do trabalho, aceita essa condição, mesmo sem a compreensão da totalidade dos impactos desse tipo de contratação.

A cultura empreendedora influencia a percepção dos trabalhadores com relação às condições de trabalho. Eles são estimulados a se verem como empreendedores individuais, inovadores de mercado, assumindo riscos em prol do negócio e do sucesso, mesmo diante de condições de emprego precárias. Embora promova flexibilidade e adaptabilidade, o empreendedorismo pode resultar em uma pressão intensa por resultados e competição.

O empreendedorismo transformara significativamente as relações de trabalho, imbuindo no sujeito o conceito de autorresponsabilização, uma característica da chamada racionalidade neoliberal, a qual, segundo Dardot e Laval (2016), “[...] produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados” (p. 323). Nesse modelo emergente, os sujeitos se tornam os responsáveis por suas condições econômicas e sociais. Os pesquisadores complementam:

[...] se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 208).

Essa influência ideológica que molda o sujeito agir como empreendedor é amplamente disseminada na educação. Há um claro objetivo de moldar as novas gerações de acordo com as demandas do neoliberalismo, obscurecendo as lutas de classe e a superação da desigualdade. Nessa compreensão,

[...] a educação para o empreendedorismo tem o propósito e a mediação prática desenvolvida por diversas iniciativas de formar um homem trabalhador de novo tipo: o trabalhador/empreendedor e, de modo simultâneo, construir um novo modelo de escola: a escola empreendedora. O trabalhador/empreendedor deve desenvolver competências adaptáveis às novas situações, tanto para gerir um negócio próprio, criando, dessa forma, seu autoemprego, como para atuar dentro das organizações, agindo como intraempreendedor ou endoempreendedor. Essa ideologia consiste em fazer com que o trabalhador se convença da necessidade do empreendedorismo

como forma de enfrentar as crises do mundo atual, notadamente no que diz respeito à realidade do trabalho (COAN, 2013, p. 38).

O propósito da promoção do empreendedorismo é moldar indivíduos de acordo com as novas exigências capitalistas. Nesse sentido, a elite capitalista busca integrar essa mentalidade à educação brasileira. Observamos isso nos currículos, que, ao incorporarem o empreendedorismo, esvaziam as disciplinas da formação geral básica, mantendo, assim, uma formação precária aos estudantes da classe trabalhadora. Na próxima seção, analisamos a Lei nº 13.415, de 2017, que implementou o NEM, cuja proposta se pauta na perspectiva da educação para o empreendedorismo.

### **Empreendedorismo, formação da juventude e Novo Ensino Médio no PR e SC**

Nos últimos anos, notamos uma intensificação nas iniciativas voltadas ao empreender durante as gestões mais alinhadas a esse pensamento. Um exemplo disso é a implementação do empreendedorismo como disciplina no NEM, instituído por meio da contrarreforma do Ensino Médio, proposta em 2016, aprovada em 2017, no então governo do presidente Michel Temer. Salientamos que Temer assumiu a presidência após um golpe realizado contra a presidenta Dilma Rousseff. A contrarreforma foi implementada por meio da Lei nº 13.415/2017, e o processo foi conduzido de maneira acelerada por meio de uma Medida Provisória (MP), sem uma ampla discussão com a sociedade em geral. A contrarreforma, por sua vez, introduziu uma série de alterações significativas para essa etapa do ensino básico.

Antes da contrarreforma, os estudantes cursavam 2.400 horas de Formação Geral Básica (FGB). Com as novas alterações, esse número foi ampliado para 3.000 horas. Inicialmente, aparenta ser algo atrativo e alinhado à promessa de oferecer ensino integral aos alunos, no entanto, uma análise mais aprofundada revela que apenas 1.200 das 3.000 horas são de fato direcionadas para a FGB; o restante da carga horária é destinado aos chamados Itinerários Formativos (IFs).

Os IFs são divididos em cinco grandes áreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Matemática e suas tecnologias; e Formação Técnica e Profissional. A aplicação específica de cada área varia entre os estados, resultando em 27 modelos distintos de Ensino Médio no Brasil, uma vez que cada estado tem autonomia para

determinar o que oferecer dentro de cada IF, conforme expresso na Lei nº 13.415/2017:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber (Lei 13.415, 2017, s/p.).

Cada escola é obrigada a oferecer apenas duas dessas cinco grandes áreas, o que, em muitos casos, pode não ser possível considerando as condições sociais das instituições escolares. Isso acaba forçando os alunos a optarem por caminhos que não escolheram, contribuindo para o aumento das disparidades entre os estudantes que não têm acesso aos outros IFs e que, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)<sup>7</sup>, competem pelas mesmas vagas.

O NEM, no plano discursivo, propõe o rompimento com o modelo chamado de tradicional, substituindo-o por uma abordagem inovadora, na qual o estudante teria maior autonomia e liberdade para escolher o que estudar por meio dos IFs. Esses, por sua vez, devem oferecer percursos curriculares diversificados que auxiliariam, em tese, os estudantes a se adequar às novas demandas do mercado de trabalho. Nesse contexto, o empreendedorismo emerge como um dos eixos estruturantes, sugerindo uma mudança de paradigma na formação da juventude.

A formação da juventude pautada no empreendedorismo faz parte da proposta que compõe a tríade formativa do NEM brasileiro, composta ainda pelo “projeto de vida” e o “protagonismo juvenil”. Esses conceitos estão presentes nos principais direcionamentos do NEM e objetivam a formação de jovens que se adequem às demandas do capitalismo flexível. Esse sistema é marcado pelo avanço da tecnologia e pela flexibilização das relações de trabalho, requerendo, desse modo, um trabalhador resiliente, que saiba tomar decisões e, principalmente, que assume os riscos e as consequências.

A tríade do NEM não representa uma novidade na educação. Em anos anteriores, o protagonismo juvenil e o projeto de vida já eram abordados em alguns

---

<sup>7</sup> O Enem é uma avaliação criada pelo Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo medir o nível de conhecimento dos estudantes que terminaram de cursar o Ensino Médio, a fim de destinar vagas nas universidades para as melhores notas. O exame avalia o conhecimento dos estudantes sobre todas as cinco grandes áreas do conhecimento.

documentos propostos pelo setor educacional brasileiro, alinhados às recomendações de organismos internacionais. Como já mencionado, o neoliberalismo tem exercido influência há anos sobre os projetos educacionais, visando a formar o indivíduo conforme as demandas do capitalismo contemporâneo. No entanto, somente com os avanços recentes da influência neoliberal que essas ações ganharam maior visibilidade e passaram a impactar ainda mais diretamente a formação das juventudes brasileira.

Com o objetivo de formar trabalhadores adaptáveis, o NEM começou a ser implementado na maioria das escolas brasileiras entre 2020 e 2022. Dessa forma, no que tange ao processo de organização do NEM nos estados brasileiros, a elaboração dos currículos ficou a cargo das Secretarias Estaduais de Educação, que, por sua vez, tiveram liberdade para organizar disciplinas, trilhas de aprendizagem e IFs.

De acordo com um levantamento realizado pela revista Poli (2023), há uma variedade curricular nos estados brasileiros no que se refere principalmente aos IFs. Todavia, permanece em comum a preocupação com a tríade formativa do NEM: projeto de vida, empreendedorismo e protagonismo juvenil. Esse tripé tornou-se o fio condutor para implementar as mudanças promovidas pelo NEM brasileiro.

No Estado do Paraná, a contrarreforma iniciou em 2018, com a presença de escolas-pilotos, termo que designa as escolas selecionadas para implementar um currículo provisório, uma espécie de teste antes da aprovação do currículo em lei. Entretanto, foi somente em dezembro de 2020, que a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) promulgou a primeira Instrução Normativa Conjunta nº 011/2020, que propôs alterações da matriz curricular do Ensino Médio na rede pública estadual, com a versão final aprovada em 2021. Esses documentos estabeleceram as orientações gerais para a implementação da nova matriz curricular, porém, sem contar com a participação popular em nenhum dos processos (DA SILVA *et al.*, 2022).

O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná (RCEM-PR), sancionado em 2021, segue a orientação exarada pela Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que estabeleceu as diretrizes para a elaboração dos currículos estaduais no Brasil. Nesse documento, foram firmados cinco eixos principais pelos



quais IFs devem ser norteados, sendo o empreendedorismo um deles. A Resolução determinou que:

§ 2º Os itinerários formativos orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes: [...] IV - empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (BRASIL, 2018).

Além de ser um dos pilares estruturais do NEM, o empreendedorismo é delineado no currículo de referência do Paraná como uma trilha de aprendizagem denominada “Aprendendo a Empreender: O mundo do trabalho no século XXI”. Segundo o RCEM-PR (2021), “[...] esta trilha pretende abordar os desafios do trabalho na sociedade contemporânea e as possibilidades que a perspectiva do empreendedorismo pode oferecer aos estudantes que buscam a qualificação para o mundo do trabalho” (p. 1025).

O RECEM-PR focaliza a promoção de uma “juventude empreendedora”, expressão utilizada no documento 88 vezes. Além disso, o “projeto de vida” tornou-se parte obrigatória do currículo, buscando orientar os alunos na escolha de seus IFs, termo que aparece associado ao conceito de protagonismo juvenil (Da Silva *et al.*, 2022). Nesse sentido, a atual contrarreforma do Ensino Médio se justifica como uma forma de adequar o ensino às novas demandas do mercado de trabalho impostas pelo avanço tecnológico. Segundo o MEC,

A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2018).

O propósito da contrarreforma é que o estudante se torne responsável pelas suas oportunidades de crescimento, se ele não consegue emprego, precisa ser criativo, inovador e criar a sua própria forma, uma fonte de geração de renda e ocupação. Contudo, essa visão mascara as adversidades apresentadas atualmente pelo mundo do trabalho. De acordo com Caetano e Costa (2022),

Na educação, o empreendedorismo passou a ser incentivado pelos organismos internacionais como solução para o desemprego em função dos processos de reestruturação do capitalismo. A BNCC e o Novo Ensino Médio integram o quadro das atuais reformas e são políticas educacionais que materializam a nova etapa neoliberal em que instituições não estatais e do terceiro setor têm influenciado a construção e a execução da política curricular e o seu conteúdo (CAETANO; COSTA, 2022, p. 79).

Nesse contexto, têm sido observados o estreitamento curricular e a crescente ênfase no empreendedorismo como um elemento fundamental na formação educacional (Da Silva *et al.*, 2022). Essa perspectiva, influenciada pelas habilidades e competências delineadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reflete uma visão predominantemente econômica, visando a moldar os jovens para se tornarem empreendedores de si mesmos, integrando, assim, o discurso empresarial no ambiente educacional (Da Silva *et al.*, 2022).

É evidente que a contrarreforma do Ensino Médio tem sido implementada sem um amplo debate com os principais envolvidos, sendo promovida, em grande parte, pelo setor empresarial. O intuito é adequar os indivíduos à nova lógica de reestruturação produtiva, sob a égide do empreendedorismo.

Da mesma forma que no estado do Paraná, em Santa Catarina, o processo de implementação do NEM vem ocorrendo de cima para baixo. O estado de Santa Catarina, assim como no Paraná, promoveu a elaboração da proposta ao NEM em 2018, por meio da organização curricular, iniciando-se em 2020 a efetivação de 120 escolas-piloto. Em 2020, iniciou-se também a formação dos professores e gestores para a implementação do NEM no estado, ofertada pela Secretaria de Educação (SED– SC) em parceria com o Instituto Iungo<sup>8</sup>, de Belo Horizonte (MG).

Conforme a – SED-SC, um dos objetivos é ampliar o currículo, diversificar os conteúdos e fazer com que a escola seja um espaço para a discussão de temas atuais e que interessam os estudantes, enriquecendo e ampliando as suas vivências e aprendizagens, também por meio do alinhamento da formação dos jovens por meio da tríade protagonismo juvenil, projeto de vida e empreendedorismo. Os eixos que compõem os Componentes Curriculares Eletivos (CCEs) são voltados para

---

<sup>8</sup> O instituto Iungo é um grupo educacional privado, com sede em Belo Horizonte - MG, mantido pelo Movimento Bem Maior e o Instituto MRV. Em seu site, o Instituto se apresenta da seguinte forma: “Iungo, em latim, significa reunir, atrelar, unir aos pares. Nosso nome sintetiza todos os sentidos que orientam a nossa atuação: trabalhamos em parceria e colaboração, em especial com os educadores” (IUNGO, 2023, s/p).

habilidades variadas e estruturadas por diferentes focos pedagógicos: Investigação Científica; Mediação e Intervenção Sociocultural; Processos Criativos; Educação Empreendedora.

Para a escolha dos CCEs, foi necessária uma escuta diagnóstica, que primeiramente partiu do diálogo com os professores na escola, observando quais componentes poderiam ser ofertados. Assim, a escolha do CCEs depende da oferta da rede de ensino e da disponibilidade de professores para neles atuarem. Após a escuta dos profissionais da escola, e definidas quais eletivas serão ofertadas, realiza-se uma escuta com os estudantes, oferecendo-lhes eletivas, as quais são instigados a fazer, visto que não há outra opção. Mediante o exposto, podemos visualizar que existe uma disputa pela hegemonia na formação das juventudes, pois a escolha do CCE não é somente do estudante, bem como tal escolha não abrange a todos.

Dessa forma, o NEM em SC tem como foco pedagógico a Educação Empreendedora, um dentre os 25 CCEs ofertados no currículo catarinense. O Componente Curricular Eletivo de Educação Empreendedora

[...] propõe a realização de ações que apoiem os(as) estudantes a desenvolver competências e conhecimentos empreendedores; a identificar possibilidades de atuação empreendedora, tendo em vista o bem comum do território; e a construir planos de negócio na perspectiva do empreendedorismo empresarial (SANTA CATARINA, 2020, p. 253).

Vale ressaltar que esse CCE é encontrado no Caderno 4 (2021), justificando-se, conforme o documento, por propiciar a interlocução de conhecimentos do empreendedorismo às vivências dos jovens. Dessa forma, promove o autoconhecimento e o entendimento do outro, dos problemas da sociedade em que vive, no intuito de articular soluções pelo bem da comunidade. O mesmo documento explana que esse CCEs impactam a formação dos jovens, promovendo o desenvolvimento da criticidade, da criatividade, da autonomia, do senso de responsabilidade, da liderança, da persistência, do protagonismo e do trabalho em equipe.

No entanto, destaca que se deve preparar os jovens para uma leitura da realidade, visando ao enfrentamento de desafios sociais, econômicos, ambientais e/ou tecnológicos, tomando decisões éticas. O componente pauta-se no

desenvolvimento de atitudes empreendedoras, em “[...] fundamentos de economia e modelagem de negócio, vem preencher uma lacuna na formação dos (as) jovens e atender à demanda de uma escola atualizada e atuante no tocante à escuta dos discentes e das necessidades da sociedade” (Santa Catarina, 2021, p. 181).

O CCE fala sobre os estudantes, que devem demonstrar atitudes empreendedoras em seu cotidiano, desenvolvendo a criatividade. Também destaca a busca pela realização de interesses individuais e coletivos por meio das práticas aprendidas no ambiente escolar, para que possam servir em suas relações e ao seu futuro profissional. Os estudantes ainda devem estabelecer metas e objetivos, com interesses direcionados ao meio e ao mercado empreendedor. A postura de liderança é algo em destaque, promovendo ações que contribuem para a resolução de problemas em benefício de todos (Santa Catarina, 2021).

Sobre o comprometimento dos professores para com o componente, cita-se no documento o interesse pelo desenvolvimento de estratégias que estimulem o estudante ao empreendedorismo, ressaltando as suas potencialidades. Ademais, o docente deve ter habilidade para repassar informações sobre o universo empreendedor, trazendo os fatos históricos e atualidades sobre o empreender, conhecer as ferramentas que possibilitem atividades empreendedoras, bem como entender o componente e os recursos utilizados, a exemplo dos materiais didáticos, das ferramentas administrativas e empresariais e das tecnologias digitais (Santa Catarina, 2021).

Esse CCE é dividido em três unidades temáticas: i) - Introdução ao empreendedorismo; ii) Empreendedorismo: Social e Sustentável; e iii) Empreendedorismo Empresarial. Um ponto que nos chama a atenção são alguns objetivos de aprendizagem desse componente curricular: desenvolver competências socioemocionais como autonomia nos estudos, proatividade, autoconfiança e senso de responsabilidade; e ser protagonista no mundo e para o trabalho, por meio de ações empreendedoras.

Ao observarmos tais objetivos, verificamos que a educação empreendedora emerge como resposta aos problemas de empregabilidade social, sendo considerada a solução para preparar o jovem com habilidades socioemocionais, as quais serão exigidas quando estiver inserido no mercado de trabalho. Assim sendo, devido às constantes transformações tecnológicas, o jovem deve ser capaz de criar,

de inovar, de se adaptar às mudanças, de planejar, de solucionar problemas, dentre outras habilidades contextualizadas para enfrentar os desafios do século XXI. De acordo com Freitas,

Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. [...] O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendimento” que expressa o “empreendedorismo” dos seres humanos, constituindo a fonte de liberdade pessoal e social e cuja organização mais desenvolvida é a “empresa” (2018, p. 31).

Ainda como sugestões do percurso formativo nesse componente, no que se refere à Introdução ao Empreendedorismo, primeiramente, analisa-se o contexto em que o jovem está inserido, tendo em vista os seus interesses. Nesse sentido, realiza-se um mapeamento das expectativas no componente. Nessa fase inicial, o empreendedorismo é conceituado, permitindo ao jovem o estabelecimento de metas pessoais. Ao professor cabe desempenhar a função mediadora entre as expectativas dos jovens e a realidade vivida e suas possibilidades de mudança (Santa Catarina, 2021).

A segunda unidade temática corresponde ao Empreendedorismo: Social e Sustentável. O percurso formativo caminha inicialmente pela compreensão de aspectos sociais, econômicos e culturais do meio em que os jovens vivem. Nesse processo, o jovem deve identificar formas de participação na comunidade, por meio de práticas empreendedoras que visem a enfrentar os problemas vivenciados. A terceira e última unidade temática – o Empreendedorismo: Foco Empresarial – oferece ao jovem o conhecimento do empreendedorismo nas práticas do mercado de trabalho, destacando tópicos como: o intraempreendedorismo (permanência no mercado de trabalho); o empreendedorismo social (participação na sociedade); e o empreendedorismo empresarial (fatores econômicos). O conhecimento dos empreendedores locais de sucesso faz parte dessa última temática. Como atividade final desse CCE, os estudantes devem construir seus próprios planos de negócios.

A formação da juventude pautada no empreendedorismo reflete ainda mais a diferenciação educacional já existente, “[...] marcado por uma perspectiva reducionista de ensino, reservou aos estudantes da classe trabalhadora, o desenvolvimento de habilidades cognitivas instrumentais, caracterizando uma formação que atende aos interesses da burguesia” (Costa; Caetano, 2021, p. 3).

De acordo com Frigotto (2008), a realidade social brasileira é de que os jovens brasileiros, em sua maioria, não concluem o Ensino Médio, e quando conseguem, fazem isso de maneira precária, em cursos supletivos ou em horário noturno. Com a contrarreforma do Ensino Médio, constatamos ainda mais o esvaziamento na formação pedagógica e o alargamento de uma formação voltada à lógica capitalista, ao mercado de trabalho, para formar um jovem trabalhador flexível, guiado pelo discurso pautado no empreendedorismo, no mérito e no esforço pessoal. Assim, podemos afirmar que são organizadas novas formas de alienar o trabalhador para sua inserção nesse modelo produtivo.

Essa perspectiva,

Subsumindo as escolas públicas aos interesses da classe dominante local e internacional, promove uma formação aligeirada e minimalista da classe trabalhadora e dificulta o acesso desta juventude aos conhecimentos fundamentais para construção da interação crítica e ativa no mundo do trabalho e, dialeticamente, de sua consciência de classe (GAWRYSZEWSKI *et al.*, 2023, p. 84).

Por fim, é importante dizer que, no Paraná, em Santa Catarina e nos demais estados brasileiros, tais mudanças curriculares foram balizadas no discurso “empoeirado” (Silva, 2018) de que o currículo do Ensino Médio estava ultrapassado e precisava ser reelaborado e atualizado. No entanto, como diversos pesquisadores apontam, o NEM reforça a dualidade e a desigualdade educacional (Araujo, 2019), bem como esvazia a formação da juventude brasileira, com a narrativa falaciosa da possibilidade de escolher o melhor caminho, por meio do protagonismo juvenil, que cai por terra quando de fato conversamos com os jovens.

### **Considerações finais**

Este texto objetivou discutir e analisar, mesmo que brevemente, a educação para o empreendedorismo presente no NEM no estado do PR e de SC. Evidenciamos como resultado que o empreendedorismo emerge como solução do capital para as problemáticas existentes, disseminando-se no âmbito educacional, nos últimos anos, por meio das contrarreformas educacionais.

Assim, as reflexões apresentadas neste texto expressam compreensões sobre a inserção das políticas neoliberais e as suas implicações para a formação da

juventude da classe trabalhadora. Apresentamos o neoliberalismo como um projeto hegemônico, que visa a sustentar o modo de sociabilidade do capitalista. Nesse cenário, a educação para o empreendedorismo assume orientações que estão em consonância com a racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

O empreendedorismo é o meio utilizado pelo capital para dominar a classe trabalhadora e, com seu discurso solucionista, formar subjetividades. A prática empreendedora expressa-se pelo trabalho incessante e sem momentos de lazer, defendendo que o sucesso será alcançado mediante intenso esforço e dedicação individual. Nesse sentido, essa prática não cumpre a sua promessa falaciosa, tornando-se apenas um meio que intensifica e precariza o trabalho. “[...] um mecanismo de romantizar a exploração e a intensificação do trabalho, uma vez que a grande maioria dos empreendedores não conseguem, sequer, fazer dos seus respectivos uma alternativa ao desemprego” (Oliveira, 2023, p. 19).

Demonstramos aqui que o empreendedorismo vem se inserido nas propostas curriculares dos estados como um eixo estruturante. Em sentido contraditório ao seu discurso, o empreendedorismo sinaliza o “[...] aprofundamento e justificação da barbárie em que se encontra a classe que vive do trabalho” (Reis, 2019, p. 123). Sem a pretensão de esgotar o debate, afirmamos que o receituário do empreendedorismo focaliza o mérito e o esforço dos sujeitos para o sucesso no trabalho e na vida, sob o argumento de que a igualdade de oportunidades é dada de forma igualitária a todos os indivíduos. A diferença ocorre devido à dedicação de cada um. Concluímos, desse modo, que a educação empreendedora presente no NEM paranaense e catarinense sustenta o interesse do empresariado na educação, atendendo à lógica do capital: da precarização, da pejotização e da uberização do trabalho.

## Referências

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, R. M.L. **Ensino Médio Brasileiro**: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3ª. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

Brasil. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revogação de dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em 01 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio** - perguntas e respostas. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em 04 de maio de 2023.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica, 2018.

CARMO, L. J. O. et al. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos Ebape. Br**, v. 19, n. 1, p. 18-31, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/HY7NpJpmW6vh6sKX3YdCrSd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 13 de maio de 2024.

COAN, M. **Educação para o Empreendedorismo**: Implicações Epistemológicas, Políticas e Práticas. 2011. 540f. Tese (Doutorado em Educação) - UFSC, Florianópolis.

COAN, M. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista Labor**. nº 9, v.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833>. Acesso em 13 de maio de 2024.

COSTA, M. de O; CAETANO, M. R. **Um novo ethos educacional no ensino médio**: da formação integral ao empreendedorismo. *Revista Exitus*, v. 11, 2021. Disponível em: [2237-9460-exitus-11-e020179.pdf](https://www.fcc.org.br/revista-exitus-11-e020179.pdf) (fcc.org.br). Acesso em 13 de maio de 2024.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad.: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.



DA SILVA, M. R; BARBOSA, R. P; KÖRBES, C. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1473/1114>. Acesso em 13 de maio de 2024.

FERRAZ, J. de M., & FERRAZ, D. L. da S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. **Cadernos EBAPE.BR**, 20(1), 105–117, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/85313>. Acesso em 10 de maio de 2024.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. **Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia**, 2008. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/2-Frigotto2008.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2024.

FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GAWRYSZEWSKI, B. et al. Formação da classe trabalhadora. In: LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, T. F. A barbárie neoliberal e a escola: a formação de empreendedores para um mundo sem direitos e sem emprego. **Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, jan-abr, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57268>. Acesso em 10 de maio de 2024.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, vol. 34, e214130, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de junho de 2024.

REIS, L. H. F.. **Juventude LTDA: A ideologia do empreendedorismo na formação dos jovens do século XXI**. 2019. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC. Florianópolis.

RODRIGUES, J. A educação e os empresários: o horizonte pedagógico do capital. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 101-112.

TAVARES, M. A. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Em pauta**, v. 15, n. 41, 2018. Disponível em: [https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/12158673/O\\_empreendedorismo.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/12158673/O_empreendedorismo.pdf).  
Aceso em 13 de maio de 2024.